Daniel Dantas diz que Polícia Federal fraudou provas para o incriminar

No final do mês passado, a defesa do banqueiro Daniel Dantas recorreu ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região contra a sentença que o condenou a 10 anos de prisão por corrupção. A decisão foi dada pelo juiz titular da 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, Fausto De Sanctis, que também condenou Humberto Braz e o empresário Hugo Chicaroni, supostos emissários de Dantas, a sete anos de prisão.

No recurso, a defesa alega que a Polícia Federal fraudou arquivos e transcrições de escutas usadas como provas para condenar Dantas. O banqueiro do grupo Opportunity foi acusado de tentar subornar, por meio de emissários, policias federais envolvidos na Operação Satiagraha da PF.

Acrescenta, ainda, que, entre outras manipulações, a PF chegou a inserir nas transcrições a palavra "Dantas" em trechos de escutas nas quais ela não foi dita, e também atribuem incorretamente a pronúncia dessa palavra a Humberto Braz, executivo ligado ao Opportunity, em conversas com policiais. As alegações da defesa foram fundamentadas em um laudo técnico elaborado por uma entidade especializada em perícias de equipamentos eletrônicos, o Instituto Brasileiro de Peritos em Comércio Eletrônico e Telemática, contratado pelo Opportunity para emitir um parecer sobre o trabalho da PF. Segundo o laudo, as escutas são "imprestáveis" como meio de prova contra os acusados.

Recentemente, após entregar à Justiça a segunda denúncia decorrente das investigações que começaram com a Operação Satiagraha, o Ministério Público Federal pediu a abertura de mais três inquéritos para esclarecer fatos ligados às acusações contra o grupo Opportunity e o banqueiro Dantas. O primeiro deles será para aprofundar a participação de pessoas que foram investigadas, mas não foram incluídas nas duas denúncias já entregues. É o caso do advogado e ex-deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh e de Carlos Rodenburg, que comanda o braço agropecuário do grupo Opportunity. O segundo inquérito é para apurar crimes financeiros na aquisição do controle acionário da Brasil Telecom pela Oi, e o terceiro, para investigar evasão de divisas praticadas por cotistas brasileiros do Opportunity Fund, com sede nas Ilhas Cayman, no Caribe.

Greenhalgh é investigado devido a telefonemas trocados com Humberto Braz e com Gilberto Carvalho, subsecretário particular da presidência da República. O MPF investiga suposta prática de *lobby* em favor do Opportunity, na operação de compra da Brasil Telecom pela Oi. O Opportunity era um dos sócios da BrTel e Greenhalgh se tornou advogado de Daniel Dantas na venda de suas ações na Brasil Telecom para a Oi. **Com informações da Folha de S.Paulo.*

Date Created
16/07/2009

2023 - www.conjur.com.br - Todos os direitos reservados.